

Discursos (mal) ditos sobre inclusão escolar: o olhar dos gestores

Cíntia Lúcia de Lima

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

cintidlima@yahoo.com.br

Daniela Fantoni de Lima Alexandrino

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

dani_efi2002@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo é parte integrante de uma pesquisa intitulada “O discurso escolar sobre a inclusão: dando voz aos gestores e professores”, fomentada pelo CNPq e objetiva promover uma reflexão acerca dos discursos dos gestores de escolas da rede pública estadual, em relação ao conceito de inclusão escolar. Para tanto, foram utilizados os pressupostos da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 2006), tendo como instrumentos a entrevista semiestruturada e a observação. Os dados foram analisados na perspectiva de Bardin (2008). Através da análise de dados, emergiram três vozes dos discursos, mas optou-se por apresentar duas delas neste trabalho: A voz da comunidade escolar e a voz governamental. Dessa forma, de acordo com os resultados, foi averiguado que a deficiência, na maioria das vezes, é vista como uma dificuldade, por isso se torna um paradigma a ser rompido. Indo além, foi observado que não basta aceitar a matrícula da criança com deficiência na escola, apoiada nos parâmetros governamentais, para que seja estabelecida verdadeiramente a inclusão. Portanto, conclui-se que, para mudar esse contexto, é necessário o re(conhecimento) da diversidade afim de se buscar estratégias que respeitem a dignidade e concebam os sujeitos em sua totalidade.

Palavras-chave: discurso, gestores, inclusão.

1 Introdução

A intenção deste artigo é propor uma reflexão acerca do conceito de inclusão escolar, tendo como ponto de partida os discursos dos gestores de escolas da rede pública estadual. A proposta é um recorte da pesquisa desenvolvida no Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco” da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Barbacena, com fomento do CNPq, intitulada “O discurso escolar sobre a inclusão: dando voz aos gestores e professores”, que tem como foco compreender a visão dos gestores e professores sobre a inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares. Além disso, esta pesquisa também visa recomendar ações inclusivas para as Instituições de Ensino Regular (IERs), em especial para aquelas que são de cunho público. É relevante esclarecer que, para este estudo, o

enfoque dado restringiu-se às entrevistas com os gestores das escolas públicas estaduais, por eles serem administradores envolvidos em todos os segmentos da educação básica.

Inicialmente, é importante ressaltar a constatação das dificuldades que as pessoas com deficiência encontram quando chegam nas instituições escolares, no que diz respeito aos direitos, ao atendimento, às informações e ao acompanhamento de suas ações. Para se conceber uma sociedade verdadeiramente inclusiva, segundo Mantoan (1997), é necessário continuar buscando o longo caminho da inclusão de todos, a partir do momento que se percebe que muitos dos segmentos sociais ainda não são contemplados nos seus mais elementares direitos. Carmo comenta que o modelo social “[...] precisa excluir uns para justificar a inclusão de outros, alimentando-se dessa contradição” (CARMO, 2005, p. 40).

No Brasil, como assegura Cohen (1998), são vários os fatores que têm contribuído para o aumento do número de pessoas com deficiência e sua marginalização: a fome, a pobreza, programas inadequados de assistência social, saúde, educação, formação profissional e emprego, acidentes na indústria, na agricultura e/ou nos transportes, a contaminação do meio ambiente, o uso imprudente de medicamentos, a baixa prioridade concedida no contexto do desenvolvimento social e econômico, as atividades relativas à equiparação de oportunidades, o crescimento demográfico, a violência urbana e outros fatores indiretos.

A escola, aqui referenciada como um ambiente onde se trabalham além dos conteúdos pedagógicos, os valores, o respeito e formas de bom convívio, deve constituir-se como um espaço solidário, aberto, acolhedor e preparado para atender às peculiaridades de cada um e por isso, as instituições de ensino regular precisam atentar-se para os interesses, as características e as dificuldades apresentadas por todos no seu cotidiano (CHAPOULIE; BRIAND, 1994). Espaços inclusivos concorrem para estimular as crianças, em geral, a se comportarem ativamente diante dos desafios da instituição, abandonando, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos e a dependência que lhes são típicos. Qualquer forma de segregação não pode ser admitida numa proposta incondicional de inclusão social, econômica, política, cultural e educacional. E isso não é o que ocorre na realidade brasileira (JANUZZI, 1992; SASSAKI, 1997). O que se tem visto é que os direitos das pessoas com deficiência estão muito aquém de sua efetivação. Surgiram leis nas três esferas da administração pública brasileira: a federal (Constituição Federal, decreto lei n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999), a estadual (Constituição do Estado) e a municipal (Lei Orgânica do Município) que visam garantir os direitos da pessoa com deficiência à

educação, ao trabalho, à saúde, à habitação, ao esporte e lazer, aos meios de comunicação, à eliminação de barreiras físicas e naturais e para acabar com a discriminação contra essas pessoas.

Certamente as leis representam uma conquista pelo direito humano fundamental desses sujeitos de serem reconhecidos como diferentes enquanto seres biológicos e sociais, mas nem por isso desiguais enquanto cidadãos. Mas ainda pouco se faz, pois o pensamento comum é que a diferença habita em uma “residência distante da “nossa”, sempre no outro. Nesse sentido, buscou-se trabalhar de forma teórica as abordagens práticas, na tentativa de compreender a diversidade como “alguém” que está intimamente ligado ao seu convívio.

É responsabilidade dos gestores, segundo Aranha (2000), tomarem todas as providências, de cunho administrativo, que se relacionam à efetivação do projeto de inclusão escolar. Cabe a eles, promover reuniões pedagógicas, incentivar ações que envolvam a temática da inclusão, refletir sobre as adaptações necessárias ao currículo, facilitar condições de capacitação docente e preparação da comunidade escolar, objetivando a acolhida dos alunos com deficiência, além de patrocinar a melhor relação entre a escola e a família. Percebe-se, assim, a grande importância que os gestores têm tendo em vista a construção de uma escola que esteja apta para atender à diversidade.

Portanto, o objetivo aqui é refletir sobre a inclusão no contexto escolar a partir da percepção dos gestores. E um dos questionamentos presentes durante a pesquisa foi: Como os gestores lidam com a deficiência e/ou a diversidade em seu cotidiano? A Educação Inclusiva precisa acontecer não só no papel, mas precisa frequentar as aulas regularmente, como um elemento obrigatório nas instituições.

2 Metodologia

Apresentada a problemática da pesquisa e seus objetivos, optou-se pela abordagem qualitativa, método que permite organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado, onde o pesquisador descreve, com precisão, os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (BOGDAN; BIKLEN, 2006). Esse tipo de pesquisa tem a finalidade de fornecer o conhecimento aprofundado de uma realidade previamente delimitada, permitindo e formulando hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

Para tanto, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a observação em escolas previamente selecionadas. O conteúdo das entrevistas e das observações foram analisados, de acordo com a Análise de Conteúdo a partir do pensamento de Bardin (2008). Essas entrevistas foram aplicadas aos diretores das IERs estaduais, onde havia alunos com deficiência, com o intuito de identificar o discurso dos mesmos sobre a inclusão. Elas foram gravadas e transcritas na íntegra, sendo que, após o período de cinco anos serão destruídas. Foi, também, preservado o sigilo e anonimato dos participantes. Vale lembrar que esta pesquisa passou pelo crivo do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

3 Análise e discussão dos dados

Diante dos discursos que foram obtidos nas entrevistas, resolveu-se, inicialmente, organizar o “conteúdo” que delas emergiram. Para isso, a seguir, será mostrado o perfil de cada uma das escolas estudadas (que tinham alunos com deficiência regularmente matriculados) com o intuito de contextualizar as mesmas.

Perfil Escola 1: Funciona há 104 anos. Atende às séries iniciais do ensino fundamental. Possui 700 alunos, 40 professores regentes e dois professores de apoio, 20 funcionários, 13 salas de aula, quatro banheiros, uma cantina, uma biblioteca. Nesta escola há três crianças com deficiência. Dentre os tipos de deficiência, nessa escola tem-se: duas crianças com deficiência múltipla e uma com deficiência visual (baixa visão).

Perfil Escola 2: Funciona há 33 anos. Atende às séries iniciais do ensino fundamental até o ensino médio. Possui 1 mil e 11 alunos, 61 professores regentes, 10 funcionários militares, 30 funcionários civis, 20 salas de aula, seis banheiros, uma cantina, uma biblioteca, duas salas que a escola chama de inclusivas. Nessa escola há cinco crianças com deficiência. Dentre os tipos de deficiência, tem-se: uma criança com deficiência múltipla, uma com deficiência visual, uma com deficiência intelectual/mental, uma com deficiência auditiva e uma com deficiência física.

Perfil da Escola 3: Funciona há 46 anos. Atende às séries finais do ensino fundamental até o ensino médio. Possui 735 alunos, 68 professores, 17 funcionários, 13 salas de aula, quatro banheiros, uma cantina, uma biblioteca. Nessa escola há quatro crianças com

deficiência. Dentre os tipos de deficiência, nessa escola tem-se: duas crianças com deficiência intelectual/mental, uma com deficiência auditiva e uma com paralisia cerebral.

Perfil da Escola 4: Funciona há 18 anos. Atende às séries finais do ensino fundamental até o ensino médio. Possui 193 alunos, 17 professores, oito funcionários, oito salas de aula, sete banheiros, uma cantina, uma biblioteca, uma sala de vídeo, uma sala de informática com cinco computadores. Nessa escola há duas crianças com deficiência, as duas são deficiência auditiva.

Perfil da Escola 5: Funciona há 51 anos. Atende às séries finais do ensino fundamental até o ensino médio. Possui 1 mil e 424 alunos, 84 professores, 23 funcionários, 21 salas de aula, uma sala de recurso, nove banheiros, uma cantina, uma biblioteca. Nessa escola há 24 crianças com deficiência. Dentre os tipos de deficiência, nessa escola tem-se sete crianças com deficiência múltipla, seis com deficiência auditiva e 11 com deficiência física.

Perfil da Escola 6: Funciona há 38 anos. Atende às séries finais do ensino fundamental até o ensino médio. Possui 1 mil e 326 alunos, 62 professores, quatro professores de apoio, 23 funcionários, 15 salas de aula, 14 banheiros, uma cantina, uma biblioteca. Nessa escola há 20 crianças com deficiência. Sendo que 12 crianças estão em classe especial (EJA). Dentre os tipos de deficiência, tem-se seis crianças com deficiência intelectual/mental, sete com deficiência auditiva e três com deficiência física e quatro com transtorno global do desenvolvimento (TGD - autismo).

Com a palavra, os gestores:

A fim de identificar as vozes que compõem o discurso docente, análise do *corpus* será sob a perspectiva de Bardin (2008). Para isso, identificaram-se algumas vozes que emergiram dos discursos. São elas:

CE - Comunidade Escolar – caracterizado por um discurso produzido pelo gestor, enquanto gestor ou professor (G de Gestor/P de Professor), portanto, membro da comunidade escolar.

GOV – Governo – caracterizado por um discurso produzido pelo gestor, mas que designa um outro discurso, o governamental.

VP – Voz popular – caracterizado por um discurso produzido pelo gestor que representa, implicitamente, o discurso da voz popular, do senso-comum.

Vale ressaltar que tais vozes foram identificadas no montante dos dados, deixando que eles falassem por si só, sem nenhum parâmetro prévio e que, para este trabalho, foram analisadas as vozes da comunidade escolar e as vozes governamentais.

A voz da comunidade escolar

Foram identificados nesta categoria os discursos que, conforme já apontado, foram considerados como produzidos pelos gestores enquanto gestores e/ou professores, configurando, assim, a voz da comunidade escolar. Inicialmente, identificou-se que a inclusão e, conseqüentemente, o olhar sobre a deficiência, ainda vão demandar bastante tempo e um árduo caminho a ser trilhado para serem aceitas, para serem vistas, para serem respeitadas. Como exemplo, tem-se o discurso de um gestor, que acentuadamente, vê a deficiência como uma dificuldade: “A deficiência é uma dificuldade de ser trabalhada e compreendida, difícil se ser aceita, pois precisa se romper paradigmas” (Gestor Escola).

A seguir, outro exemplo de negação da deficiência, de negação da inclusão: “Olha a deficiência é... eu gostaria de... bom... eu vejo a deficiência, é um problema sim! É um problema, mas é um problema que hoje tem solução” (Gestor Escola 3).

Como percebeu-se, falar em inclusão não é tarefa fácil, agir inclusivamente é uma meta ainda mais complicada nos dias atuais, pois, segundo Skliar (2006) a inclusão é muito mais do que uma resposta única à exclusão, é considerada como um primeiro passo importante para a regulação, a manutenção e o controle da alteridade (considerada por esse autor como a capacidade de lidar com a questão do outro). Para lidar com a questão do outro, por conseguinte, é necessário desviar o olhar das dificuldades e atentar para as possibilidades.

Outra questão que emergiu dos discursos foi tratar a deficiência com naturalidade e, desse modo, conceber a inclusão como algo natural. “[Vejo a deficiência] com naturalidade, cada um tem sua deficiência, cada um de nós tem suas próprias deficiências. Por ele [aluno] ter muita informação, tem um lado dele que é capaz, agilidade nas atividades” (Gestor Escola 2).

Naturalizar a diferença precisa ser compreendido que não é uma postura inclusiva, pelo contrário, é um ato excludente. O que se tem visto em nossa sociedade hoje é a universalização de um único modo de vida e de um único modo de ser. Somos acostumados a um padrão de existência fundado na ideologia do narcisismo, da norma e do consumo, constituindo-se em um estilo de vida normativo, homogêneo e estereotipado, que tende a “se

estender pelo mundo sobrepondo-se à riqueza da diversidade humana e cultural” (SILVA, 2001, p. 94).

Enquanto a atitude daqueles que são os responsáveis for de tentar padronizar as crianças para que se encaixem nesse modelo social, a inclusão será concebida não como uma realidade próxima, mas como um objetivo distante e inalcançável. A primeira iniciativa para se concretizar um caminho de mudanças é desmistificar a escola como uma instituição assistencialista e propor ações que assumam as diferenças como presenças constantes, não devendo ser negadas ou mascaradas.

Para mim a inclusão é, até uns anos atrás a gente imaginava que a inclusão seria o pesadelo das Escolas e por causa dessa também má formação que a gente tinha a do aluno inclusivo, hoje eu digo para você o seguinte: para mim a inclusão foi uma benção aqui nessa Escola, trouxe para o aluno a capacidade de ser mais solidário, mais amigo de saber dividir as coisas, então trouxe para dentro dessa Escola valores no meio das crianças que até então nós não podíamos perceber isso de uma forma mais concreta e além disso para o aluno que está sendo incluído quando ele se sente respeitado, bem recebido. Aqui na Escola, por exemplo, nós temos um caso de uma aluna que chegou e, assim, eu não posso falar para você que ela desenvolveu bastante a parte cognitiva, mas a parte social dela mudou, virou do avesso, ela ficou uma aluna totalmente socializada, com a autoestima bastante elevada, gosta de se produzir de se arrumar e, ficou assim totalmente ajustada ao meio, então esta transformação, assim, a gente percebe no dia-a-dia com relação com as crianças, com os adolescentes, muito bacana mesmo! (Gestor Escola 3).

O papel da escola enquanto uma instituição formadora de sujeitos em sua totalidade deixa de ser considerado quando o desenvolvimento cognitivo de uma criança também é desconsiderado. Torna-se imprescindível a atenção da instituição escolar para os interesses, as características, as dificuldades e as resistências apresentadas pelos alunos no cotidiano e no processo ensino-aprendizagem. Deve-se possibilitar, na medida do possível, a todas às crianças o direito de ser “iguais quando a diferença as inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade as descaracteriza” (SANTOS, 2002, p. 72).

Mantoan (1997, 2006) salienta que se faz necessário refletir e (re)estruturar o sistema educacional tradicional, que ainda hoje apresenta muitos sinais de uma educação segregadora; no intuito de amenizar, quiçá eliminar os obstáculos que servem de impedimento para o crescimento de todos os educandos. Assim, esse sistema se tornará mais justo, coerente, eficaz e igualitário.

Não reforçar os preconceitos presentes na nossa sociedade são processos que devem estar inseridos no ambiente escolar, pois como aponta Dubet:

É o modelo da reprodução que se impõe globalmente, afirmando que a massificação escolar não reduz as desigualdades escolares, que reproduzem largamente as desigualdades sociais. [...] é a própria escola que opera as grandes divisões e as grandes desigualdades. Ou seja, as igualdades sociais comandam diretamente a entrada nas carreiras escolares e os próprios processos escolares reproduzem essas desigualdades que, por sua vez, reproduzem as desigualdades sociais (DUBET, 2003, p. 34).

Na afirmativa de Rodrigues, “promover a inclusão escolar é criar serviços de qualidade e não democratizar carências” (RODRIGUES, 2006, p. 310). Para isso, deve-se romper com paradigmas que vigoram e ir em busca de soluções para os problemas reais das escolas, como garante o gestor da escola 4:

Ensinar estas crianças com necessidades especiais ainda é um desafio, pois as Escolas ainda não estão preparadas para receber como merece estas crianças. São professores desmotivados, sem treinamento, sem apoio de especialistas e governo, não sabem trabalhar com esta criança, causando insegurança e insatisfação profissional (Gestor Escola 4).

Se a finalidade consiste em aproximar cada vez mais do ideal de inclusão, que de acordo com Stainback e Stainback (1999) é um novo paradigma que visa incluir todos na vida social e educacional, trabalhando em prol de suas potencialidades, tornando a deficiência um pano de fundo e dando o papel principal ao sujeito que nela habita:

[...] a tendência dessa deficiência é cada vez menos a gente enxergar o aluno como deficiente, ele tem que ser enxergado assim como um aluno que é capaz de produzir só que ele vai produzir com um pouco mais de tempo, mas ele é capaz e é isso que a gente tem que saber (Gestor Escola 3).

Assim, pode-se enxergar a inclusão como uma “realidade objetiva, mas que as condições subjetivas como aceitação, superação, afetividade e respeito são determinantes” (Gestor Escola 6).

A Voz do Governo

O discurso que emergiu dos dados coletados e que, mesmo produzido pelos gestores, são designados a uma outra voz, ou seja, foram falados por eles, mas não pertencem a eles, e sim, ao discurso governamental, é o que foi chamado aqui de voz do governo.

Encontrar o direito à educação escolar registrado nos meios legais não mostra de forma segura que, na realidade, ele esteja sucedendo. Apesar de se compreender que é um espaço que está mais do que legitimado na atualidade, pois praticamente não existe país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania e da humanidade, e tal princípio é indispensável para políticas que visem à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para (re)inserção no mundo profissional. Porém, tal declaração pode ser vista, de acordo com a fala a seguir:

[...] não negamos nenhuma matrícula, embora temos bastante problemas com a permanência de algumas crianças devido a pouca ajuda que temos (Gestor Escola 4).

Os órgãos governamentais precisam repensar na proposta inclusiva e dar condições reais das escolas trabalharem com estas diferenças. Precisa treinar professores e funcionários, adaptar as salas para receber os alunos pelo menos com as coisas mais necessárias (rampas, corrimão, sinalizadores para cegos, professores de apoio, verbas para material pedagógico, etc. (Gestor Escola 4).

Estar na constituição não é garantir que a inclusão se estabeleça como ficou ressaltado anteriormente. No entanto, foi identificado em alguns discursos analisados o mesmo discurso governamental, como se a inclusão, por estar na lei, acontecesse naturalmente: “[Nossa escola é inclusiva] sim, porque tendo vaga, aceita-se matrícula de todos que procuram a escola” (Gestor Escola 1). “[A inclusão é] na medida em que nós nos esforçamos cada dia mais para estarmos inseridos nesse mundo dessa inclusão que o Estado está propondo” (Gestor Escola 3). “[A inclusão] Está em tudo e em toda parte, com direito garantido constitucionalmente de agir, interagir; ser agente construtor de um mundo melhor pra todos” (Gestor Escola 5). “[A inclusão] é uma política nacional de Educação Especial Inclusiva que assegure o acesso, a permanência e o sucesso na escola, do aluno portador de necessidade educacional especial” (Gestor Escola 6).

Com base nesses depoimentos, a ideia de que não se deve apoiar apenas nos pressupostos governamentais a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem fica reforçada. Como foi observada, a política não provoca uma reformulação das práticas

educacionais, muito menos provoca uma mudança comportamental de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum e deixando de alimentar o ideal de que a responsabilidade da educação desses alunos se mantém, exclusivamente, no âmbito da educação especial.

4 Considerações finais

Das palavras de Carmo (2005) pode-se deduzir que é no moralismo palpável que se concebe a desigualdade concreta existente entre os homens como fruto histórico e estrutural da sociedade e não apenas como obras de meritocracia, capacidades e habilidades individuais. Apesar de seus direitos serem plenamente assegurados, o desrespeito e o não reconhecimento da cidadania dessas pessoas ainda fazem parte do seu cotidiano.

Uma das questões que se destacou nesse estudo foi a o conceito de escola inclusiva que emergiu, em alguns dos depoimentos, como aquela escola que matricula qualquer criança e dessa forma, está aberta para abrigar toda e qualquer diversidade. Trata-se de uma reprodução do discurso governamental. É necessário reiterar que garantir o acesso à escola não é garantir o estabelecimento da inclusão na mesma. Quando as portas da escola se abrem, sem as mínimas condições de atendimento às reais necessidades desses alunos, não significa uma ação inclusiva, mas apenas integrativa.

O verdadeiro sentido de uma escola inclusiva se pauta na permanência e na garantia de desenvolvimento, em sua totalidade, dos indivíduos que estão envolvidos nesse processo. Só assim, criar-se-ão possibilidades para estes sujeitos, sem salientar suas limitações. É interessante colocar que em determinados discursos, fica evidenciada a relação que os pesquisados fazem entre a deficiência e a dificuldade, ou seja, entende-se que a dificuldade está diretamente relacionada à limitação manifesta pela deficiência. Esse posicionamento se arrasta também no discurso social.

É com certa recorrência que se observa nos discursos, a ação de perceber a inclusão como algo natural, como algo que se resolveria de maneira natural ao longo dos tempos, ou seja, o ato de se permitir o acesso das crianças com deficiência nas escolas, por si só, já se tornaria uma ação inclusiva. Ora, fica denotada uma forma de negação da deficiência e quando se fecha os olhos para uma diversidade, significa que, mais do que aceitação, é não demonstrar

o mínimo sinal de respeito. Infelizmente, a ideia que a deficiência mora ao lado e nunca está próxima do nosso convívio se faz presente.

Observou-se ainda que, na maioria dos discursos, a definição dada à inclusão se pauta no mero entendimento de que a escola é uma instituição assistencialista, solidária e complacente. Tal definição coloca em jogo os diferentes *ethos* da escola, mas não a aponta como uma instituição responsável pela formação cognitiva e, conseqüentemente, integral do sujeito. Emerge daí um discurso semelhante ao senso-comum, que em grande parte considera a inclusão com um olhar de piedade, significando a simples aceitação da diferença, sem ponderar as reais capacidades dos sujeitos em questão.

Não se deve, pois, tomar como único ponto de apoio os pressupostos governamentais que são construídos a partir de padrões enraizados na homogeneidade em relação à participação e aprendizagem. Como foi visto, a política com cunho inclusivo não propicia reformas nas práticas educacionais, de modo que sejam valorizadas as diferentes potencialidades de aprendizagens no ensino comum, transferindo, ainda, a responsabilidade das crianças com deficiência para o âmbito da educação especial.

Talvez seja mais fácil se colocar em uma posição distante, quando o tema é a prática de inclusão na escola, deixando que o discurso governamental prevaleça. Não obstante seja notório, conforme Reis (2000), que a prática do gestor, muitas das vezes, se torna dificultada pelas atividades burocráticas e administrativas exigidas, é necessário que este profissional seja atuante e se caracterize como um sujeito presente e completamente envolvido nas ações de orientação inclusiva, a fim de concretizar os aspectos educacional, social e político, intrínsecos ao seu papel.

Para instigar um pouco mais a reflexão sobre a inclusão social escolar, talvez seja necessário pensar a sociedade por um prisma mais flexível, acreditando que a esperança de mudar o olhar social preconceituoso para um olhar mais sensível, amoroso e democrático perante as próprias dificuldades e principalmente a dos pares está viva. E acreditar que uma escola que priorize seu aluno, que inspire as trocas de vivências e experiências, que seja capaz de confrontar formas (des)iguais de comportamentos e pensamentos, que busque artifícios metodológicos interativos, criativos e estimulantes. Por último, para mudar esse contexto, que se faça do (re)conhecimento da diversidade, o caminho para se buscar estratégias que respeitem a dignidade e concebam os sujeitos em sua totalidade.

Referências

ARANHA, M. S. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. (Org). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP-Marília Publicações, p.1-9, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2006.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 de setembro de 2001.

CARMO, Apolônio A. Caderno texto do curso de capacitação de professores multiplicadores em educação física adaptada. **Secretaria de Educação Especial** – Brasília: MEC; SEESP, 2005.

CHAPOULIE & BRIAND. **A instituição escolar e a escolarização**: uma visão de conjunto. Educação e Sociedade. Campinas: Papirus. 47, 11-50, 1994.

COHEN, Regina. Estratégias para promoção dos direitos das pessoas com deficiência. **Seminário Direitos Humanos no século XXI**. Rio de Janeiro: 1998.

DUBET, F. A Escola e a Exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n.119, p.29-45, jul., 2003.

JANNUZZI, G.de M. Políticas públicas de educação especial. **Temas sobre Desenvolvimento**. 9, 8-10, 1992.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/SENAC, 1997. p. 32-38.

_____. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p.15-30.

REIS, M. G. **O compromisso político-social do diretor como educador**. Dissertação de Mestrado Não Publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2000.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal feitas) sobre a Educação Inclusiva. In: _____ (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p.299-318.

SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. M. Corpo e Diversidade Cultural. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.23, n.1, p.87-98, set., 2001.

SKLIAR, C. A Inclusão é Nossa e a Diferença que é do Outro. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Speeches (bad) said about school inclusion: the look of managers

Abstract

This study is part of a research project called " School Speech about the Inclusion: giving voice to managers and teachers," promoted by CNPq and aims to promote a reflection of the speeches of the state public schools managers in relation to the concept of school inclusion. Therefore, the assumptions of qualitative research were used (BOGDAN; BIKLEN, 2006), having as instruments the semi-structured interview and the observation. The data were analyzed from the perspective of Bardin (2008). Through of data analysis revealed three voices of speeches, but we chose to present two of them in this work: The voice of the school community and government voice. Thus, according to the results, it was ascertained that the deficiency, in most cases, is seen as a difficulty, so becomes a paradigm to be broken. Going forward, it was observed that not just accept the enrollment of children with disabilities in school, supported by the government parameters to be established, truly inclusion. Therefore, it is concluded that to change this context, the re(knowledge) diversity in order to seek strategies that respect the dignity and conceive the subject in its entirety is required.

Keywords: speech; managers; school inclusion.